



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**AS CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS
E A COMPETÊNCIA NO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 As ciências sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-38-6

DOI 10.22533/at.ed.386200903

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book as “*Ciências Sociais Aplicadas e a Competência do Desenvolvimento Humano*” através de 2 volumes em que estão dispostos 51 artigos.

No primeiro volume estão disponíveis 29 artigos divididos em duas seções. A primeira seção ***Estado e Políticas Públicas*** apresenta artigos com temas relacionados às funções e formas de atuação do Estado diante das previsões legais e demandas voltadas para o atendimento a situações de vulnerabilidade e risco sociais expressas através dos conflitos e desigualdades que permeiam a sociedade contemporânea, o que vem sendo materializado através das diversas políticas públicas implementadas.

São contemplados também no primeiro volume através da seção ***Desenvolvimento Local Sustentável*** a relação com a política agroambiental, agricultura familiar, questões de gênero e aspectos culturais.

O segundo volume do e-book contempla 22 artigos organizados através de três seções, sendo: ***Política Econômica e Gestão Financeira***, em que são apresentados estudos principalmente relacionados a questão contábil e gestão financeira em âmbito familiar, no entanto, não deixa de apontar a relação com a política econômica, o que é tratado de forma mais ampliada através do primeiro artigo da seção voltado para o estudo do pagamento da dívida externa brasileira entre o deficit e o superavit.

Os artigos que se relacionam com a ***Cultura Organizacional*** contemplam estudos voltados para a compreensão e análise das características do mercado brasileiro, desafios e potencialidades expressas através da presença da inovação tecnológica, desenvolvimento de competências gerenciais, processos de comunicação e capital intelectual.

O e-book é encerrado com a seção ***Ensino e Pesquisa***, em que são apresentados oito artigos que abordam metodologias de pesquisa e de ensino e o uso de métodos e referenciais teóricos que contribuem para os processos de formação e desenvolvimento da ciência no Brasil.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO: PROTEÇÃO DA BUROCRACIA OU DOS BUROCRATAS?

Kamila Pagel de Oliveira
Gabriel Maggi Vieira
Luana de Castro Lopes
Mariana Marcatto do Carmo

DOI 10.22533/at.ed.3862009031

CAPÍTULO 2 26

A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES NO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

Izabelle Maria Santos Cária
Marconi Martins de Laia

DOI 10.22533/at.ed.3862009032

CAPÍTULO 3 39

A REDE DE ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS: COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Sidiane dos Santos Alvaristo
Tiago Luiz Pereira

DOI 10.22533/at.ed.3862009033

CAPÍTULO 4 46

CUSTO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NO CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTO 2011 A 2015

Luciene de Souza Borges
Ricardo Neves Borges

DOI 10.22533/at.ed.3862009034

CAPÍTULO 5 59

VULNERABILIDADES E DESAFIOS DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA EM RONDON DO PARÁ

Ingrid Gomes Bassi
Mateus Paixão Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.3862009035

CAPÍTULO 6 63

O IMPACTO DO FEMINICÍDIO EM GRUPOS ÉTNICOS NO BRASIL

Joelmara Furtado dos Santos Pereira
Evandro Costa Pereira
Janaína Arruda Aragão
Samara Letícia Mendonça Pereira
Franco Celso da Silva Gomes
Luzinete Pontes Brandão
Loysianne Nascimento Araújo Lopes
Givaldo de Jesus Pinheiro Lopes
Rafaela Duailibe Soares

Francisca Bruna Arruda Aragão
DOI 10.22533/at.ed.3862009036

CAPÍTULO 7 72

REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA, MASCULINIDADE E RACISMO

Wilma Lucia Rodrigues Pessoa
Nivia Valença Barros

DOI 10.22533/at.ed.3862009037

CAPÍTULO 8 86

OS AVANÇOS NAS DISCUSSÕES SOBRE VELHICE E ENVELHECIMENTO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCEITOS ATUAIS

Thânia Mara Kaminski Jacon
Paola Andressa Scortegagna

DOI 10.22533/at.ed.3862009038

CAPÍTULO 9 100

PERSPECTIVA MIGRACIONAL NO PARADOXO ENTRE A MOBILIDADE TRANSNACIONAL E A REPRESSÃO PELA SECURITIZAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA

Marinês Ivanowski Kochi

DOI 10.22533/at.ed.3862009039

CAPÍTULO 10 113

PRÁTICAS COMUNS DE BARGANHA: A GUERRA FISCAL ENTRE UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Alan Edimilson da Silva

DOI 10.22533/at.ed.38620090310

CAPÍTULO 11 123

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SAÚDE PÚBLICA

Gabriela Perusatto Llano
Nelson José Thesing
Patrícia Luiza Schuh
Dieter Siedenberg
Sérgio Luís Allebrandt

DOI 10.22533/at.ed.38620090311

CAPÍTULO 12 138

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Lucas Braga da Silva
Lucivania Pereira Gloria

DOI 10.22533/at.ed.38620090312

CAPÍTULO 13 147

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Eliane Vieira Lacerda Almeida
Fabiana Aldaci Lanke
Milton Leonardo Jardim de Souza
Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

DOI 10.22533/at.ed.38620090313

CAPÍTULO 14	160
DO DEVER DE CUIDAR DA PROLE E A POSSIBILIDADE DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PROVENIENTE DO ABANDONO AFETIVO DO GENITOR	
Vanuza Pires da Costa	
Leila Rufino Barcelos	
Márcia Denise dos Santos Lamas Dalmaso	
Dhenize Maria Franco Dias	
Danilo Bezerra de Castro	
Bruno Vinícius Nascimento Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.38620090314	
CAPÍTULO 15	172
LICITAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COM O ADVENTO DA LEI 12.349 DE 15.12.2010	
Maíra Bogo Bruno	
Candida Dettenborn	
Rômulo de Moraes e Oliveira	
Raphael Lemes Elias	
Alessandro de Paula Canedo	
Aloisio Alencar Bolwerk	
DOI 10.22533/at.ed.38620090315	
CAPÍTULO 16	181
LA CONTAMINACIÓN DEL AIRE EN EL MUNICIPIO DE MEDELLÍN Y EL PRINCIPIO DE PREVENCIÓN COMO MEDIDA DE PROTECCIÓN ADMINISTRATIVA EN MATERIA DE SUSTENTABILIDAD	
Gustavo Andrés Cano Cadavid	
DOI 10.22533/at.ed.38620090316	
CAPÍTULO 17	194
SENTENÇAS SUBVERSIVAS: A PRESERVAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	
Tarcísio Germano de Lemos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.38620090317	
CAPÍTULO 18	215
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR NO SETOR DE MINERAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO SAMARCO	
Juliana Campos Lopes	
Jacques Demajorovic	
DOI 10.22533/at.ed.38620090318	
CAPÍTULO 19	228
GOBERNANZA EN LOS ESTADOS CONSTITUCIONALES: ESTADO DE COSAS INCONSTITUCIONAL COMO HERRAMIENTA PARA EL ALCANCE DE LOS OBJETIVOS QUE PERSIGUE LA GOBERNANZA	
Fernando Arcila Castellanos	
DOI 10.22533/at.ed.38620090319	
CAPÍTULO 20	239
ANÁLISE DE AGRUPAMENTO OBTIDOS COM A RELAÇÃO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO	

Mácio Augusto de Albuquerque

Ramylla de Almeida Batista

DOI 10.22533/at.ed.38620090320

CAPÍTULO 21 260

O BOM DÉSPOTA E O BONAPARTISMO – O GOVERNO E A POLÍTICA COMO REPRESENTAÇÃO DO TEATRO DA ERA ELIZABETANA

Mateus Santos Borges

Maurício Rosendo Leandro dos Santos

Vanderlei Souza Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38620090321

CAPÍTULO 22 271

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS E DESEMPENHO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008-2012: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Fábio Marcelus Silva de Almeida

Lindomar Pinto da Silva

Miguel Angel Rivera Castro

Denise Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.38620090322

CAPÍTULO 23 293

A IMPARCIALIDADE DO JUIZ FRENTE ÀS REDES SOCIAIS E A ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MAGISTRADO

Maíra Bogo Bruno

Vanuza Pires da Costa

Leila Rufino Barcelos

Mateus Bezerra de Castro

Candida Dettenborn

Rômulo de Moraes e Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.38620090323

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 24 302

A POLÍTICA AGROAMBIENTAL E O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL OSVALDO DE OLIVEIRA (RJ)

Paulo Brasil Dill Soares

Andreza Aparecida Franco Câmara

DOI 10.22533/at.ed.38620090324

CAPÍTULO 25 316

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TUCURUÍ - PA: UMA PERSPECTIVA PRELIMINAR CONSIDERANDO INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

Dorivaldo Rosa França

Terlys de Araújo Silva

Lilian Coelho de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.38620090325

CAPÍTULO 26 322

O ARTESANATO COMO ELEMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO EM

MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS

Thiago de Sousa Santos

Raquel da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.38620090326

CAPÍTULO 27 328

UM ESTUDO SOBRE COOPERATIVISMO, ADMINISTRAÇÃO, GOVERNANÇA COOPERATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E PRIORIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FUTURA

Pedro Luís Büttenbender

Ariosto Sparemberger

Matheus Nonnemacher Büttenbender

Bruno Nonnemacher Büttenbender

Giovana Fernandes Writzl

Alceu Van Der Sand

DOI 10.22533/at.ed.38620090327

CAPÍTULO 28 346

DESAFIOS DA PESQUISA DE GÊNERO NA PESCA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DE AMPs: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COMUNIDADE DO SUL DO BRASIL

Giovanna Carla Barreto

Isabeli Cristina Gomes Mesquita

Tainah Maria de Souza Lunge

Melina Chiba Galvão

DOI 10.22533/at.ed.38620090328

CAPÍTULO 29 359

O MAPIKO DE MOÇAMBIQUE: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

Mariana Conde Rhormens Lopes

DOI 10.22533/at.ed.38620090329

SOBRE A ORGANIZADORA..... 369

ÍNDICE REMISSIVO 370

SEGURANÇA ALIMENTAR: O DESENVOLVIMENTO ORÇAMENTÁRIO DE UMA POLÍTICA FUNDAMENTAL PARA SOCIEDADE

Data de aceite: 20/02/2020

Data de submissão: 03/12/2019

Eliane Vieira Lacerda Almeida

Mestranda do PPGD da UNIRIO

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/5696270868610024>

Fabiana Aldaci Lanke

Mestranda do PPGD da UNIRIO

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/6470251160570286>

Milton Leonardo Jardim de Souza

Mestrando do PPGD da UNIRIO

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/1278935535816238>

Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues

Doutor em Direito. Professor do PPGD da UNIRIO.

Rio de Janeiro – RJ

<http://lattes.cnpq.br/3893500340596681>

RESUMO: A alimentação adequada é reconhecida como um direito humano básico desde a Declaração Universal de Direitos Humanos e garantido pelo art. 6º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil. A primeira Medida Provisória de nº. 870/2019, assinada pelo atual governo,

extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). O Consea era um órgão consultivo, formado por dois terços de representantes de organizações da sociedade civil e, dentre as suas atribuições, estava a proposição ao poder executivo federal de diretrizes acerca das prioridades e orçamento para a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Tendo vista que essa extinção pode acarretar o esvaziamento da participação social no monitoramento e avaliação da Política Pública de Segurança Alimentar no Brasil, o objetivo deste artigo será analisar a referida política sob a ótica do ciclo das políticas públicas, com especial foco nas fases de formação de agenda, implementação e reflexões acerca da possibilidade de extinção. Para tanto, será realizada pesquisa de revisão da literatura nas áreas de políticas públicas, nutrição e direito, em seguida, realizar-se-á pesquisa nos documentos disponibilizados pelo governo federal, dentre os anos de 2004 até 2019, acerca do orçamento público destinado a essa temática. Em se tratando de análise de orçamento público, este trabalho não perderá de vista o cenário de austeridade fiscal iniciado em 2016. Frente a este momento, é de suma relevância apurar se os grupos sociais em situação de vulnerabilidade estão tendo os seus

direitos à segurança alimentar e nutricional diminuídos e se essa diminuição implica na extinção da política pública de segurança alimentar e nutricional no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos vulneráveis; Nutrição; Austeridade fiscal.

FOOD SECURITY: BUDGET DEVELOPMENT OF A FUNDAMENTAL SOCIETY POLICY

ABSTRACT: Proper nutrition is recognized as a basic human right since the Universal Declaration of Human Rights and is guaranteed by art. 6 of the Federal Constitution of the Federative Republic of Brazil. The first Provisional Measure signed by the current government, MP No. 870/2019, extinguished the National Council for Food and Nutrition Security (Consea). Consea was a consultative body for guidelines and budget for the policy. This extinction can lead to the emptying of social participation in the evaluation of that public policy. The objective of this research will be to analyze the policy from the perspective of the public policies cycle, with focus on agenda building and implementation. To do a review of the literature in the areas of public policies, nutrition and law will be carried out, followed by research in the documents made available by the Brazilian Federal Government, from 2004 to 2019, on the public budget for this theme. In the case of public budget analysis and the fiscal austerity scenario that began in 2016. It is of great importance to determine whether vulnerable social groups are having their rights to food security and nutrition reduced in Brazil.

KEYWORDS: Vulnerable groups; Nutrition; Fiscal austerity.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, criado pela UNIRIO, que objetiva analisar a formulação e implementação de políticas públicas, organização da gestão, sustentabilidade e o alcance aos grupos em situação de vulnerabilidade social. Sob esse prisma, a pesquisa analisou a política pública de segurança alimentar e nutricional dentro do ciclo das políticas públicas.

A alimentação adequada e de qualidade é reconhecida como um direito humano básico desde a Declaração Universal de Direitos Humanos e garantido pelo art. 6º da Constituição do Brasil. Esse direito é um problema público que responsabiliza diversos setores do poder público, exigindo que a garantia a alimentação seja realizada através de articulações políticas e entendida de maneira multisetorial. Tendo em vista essa multidisciplinariedade, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional assume especial relevância por exigir articulação

de diferentes setores, bem como a criação de políticas específicas que visem a atender as diferentes demandas dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade, o que impacta no orçamento público.

Ao longo do presente artigo foi explanado o ciclo de políticas públicas, enquanto instrumento teórico-metodológico, para a apresentação da definição de agenda em torno da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Também foi apresentado o contexto histórico em que se deu a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pelo Decreto nº 7.272/2010, que levou a temática a nível de política pública nacional. Ainda dentro do ciclo de políticas públicas foram trabalhadas as fases de implementação da política e reflexões sobre uma possível extinção simbólica da luta social em torno do direito à alimentação saudável e de qualidade.

Também foram relacionadas as dimensões da PNSAN e seus efeitos nos grupos sociais vulneráveis de que trata o art. 3º. Por fim, foram mencionados os impactos orçamentários despendidos para o atendimento das demandas, em análise conjuntural à Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou os gastos públicos, inclusive para investimentos de cunho social.

A pesquisa foi descritiva e contou com revisão bibliográfica em acervos virtuais com conteúdo técnico na área de políticas públicas e Segurança Alimentar e Nutricional; e, análise do Plano Nacional de Segurança Alimentar, da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dados oficiais secundários, visando observar a ocorrência de normas reguladoras para grupos vulneráveis e gastos orçamentários relacionados.

A FORMAÇÃO DA AGENDA POLÍTICA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Antes de uma política pública ser traçada com objetivos e metas, há uma fase fundamental denominada montagem da agenda. Ela reflete diretamente na implementação e na definição de prioridades, pois vai impactar nos resultados da política, norteadando as fases subsequentes. Cabe ressaltar que a montagem da agenda é um momento determinante no ciclo de formação de uma política pública, pois essa etapa define se o problema suscitado deve ser ou não alvo de uma medida governamental. Assim sendo, nessa fase o gestor público juntamente com sua equipe de apoio vai selecionar qual problema é passível de um conjunto de ações governamentais, limitando sua atuação e direcionando a solução (KINGDON, 1984, p. 3-4.)

Além da influência dos atores nacionais e internacionais, não pode deixar de

ressaltar que a definição de um problema público e a formulação da solução dessa problematização, passa por uma visão ideológica que orienta o *policy-making*. Essa rede de influências torna-se possível compreender a multiplicidade de atores na formação da agenda, a complexidade da sua montagem ajuda a entender a atenção dada a alguns problemas.

Agenda política é estabelecida com base em três elementos: problema, política e participante visível (KINGDON, 1995, p. 227). Ainda para o Kingdon, e em sentido semelhante ao entendido por Secchi, o problema – no contexto de definição de agenda – deve ser entendido como algo sobre o qual deve ser feito algo para obter mudanças.

Dentre os marcos normativos já alcançados, a alimentação adequada foi reconhecida como um direito humano básico e direito social. Assim, ainda com previsão legal sobre a intervenção do poder público na garantia de segurança alimentar e nutricional, na atualidade demonstra afastamento de política duradoura, que possa atender as diversas fragilidades emergentes da desigualdade social e presentes no cotidiano de famílias e seus indivíduos.

Contudo, esta temática não esteve alheia às mobilizações populares, com espaços de participação democrática na construção da agenda pública. Fator que culminou na realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (ICNAS) em 1995. Reunindo atores (*policy maker*), atuantes, desde a década de 1980, em grupos sociais com ações populares, Organizações da Sociedade Civil, Comitês da Ação da Cidadania motivados pelo “Movimento Pela Ética na Política” e pelo próprio Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado 1993.

A realização da ICNAS envolveu representantes de agências governamentais, como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) INCRA, e, representações não-governamentais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB). A ICNAS foi antecedida por 26 Conferências Estaduais com relatórios elaborados pelo Comitê das empresas Públicas no Combate à Fome e Pela Vida e por Comitês Universitários. Com a sistematização de 50 grupos de trabalhos envolvidos, a conclusão da ICNAS foi a aprovação pela Plenária Final da “Declaração Política em Defesa de uma Política Nacional de Segurança Alimentar”, pautado em estatísticas do IPEA, que revelavam o índice de 30% das crianças brasileiras menores de 5 anos em condições de desnutrição.

Contudo, o tema volta ao foco de debates a partir da “re”criação do CONSEA, em 2003, ano em que foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA e lançou o Programa Governamental “Fome Zero”. Estes fatores impulsionaram a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2004. A perspectiva pensada para SAN, se assentou

sobre os princípios de Intersetorialidade; Articulação entre Estado e sociedade; Equidade (com respeito a diversidade cultural, étnica e de gênero) incluindo grupos vulneráveis; Articulação entre orçamento e gestão e Conjunto de medidas estruturantes e medidas emergenciais (CONSEA, 2004).

Durante a II CNSAN, foi elaborada a “Carta de Olinda”, que contextualizou a situação de insegurança alimentar, desnutrição e obesidade que no período atingia 53 milhões de brasileiros (BRASIL, 2004). O documento apontou a situação de vulnerabilidade social e a necessidade de articulação intersetorial para o enfrentamento destas questões. Sugeriu a constituição de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar para articular as diversas políticas setoriais em todas as regiões do país, esta foi também, uma deliberação da Plenária Final da II CNSAN.

Posteriormente, por meio da Lei 11.346/2006, o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN, composto pelos seguintes órgãos: (i) Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela indicação ao CONSEA das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar, bem como pela avaliação do SISAN; (ii) o CONSEA; (iii) a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN; (iv) os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e (v) as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

Dessa forma, no Brasil, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é entendida de maneira multidisciplinar e exige articulação entre setores e criação de políticas para demandas dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade. De tal modo que, ela compõe um “processo dinâmico de relações entre os sistemas de produção, comercialização e consumo de alimentos e as múltiplas formas de acesso a alimentação saudável e adequada” (ROCHA, BURLANDY e MAGALHÃES 2013, p. 89).

Quando da formação da agenda sobre essa pauta, a política foi especialmente pensada para grupos em situação de insegurança alimentar, relacionado a situação de pobreza que assolava o Brasil. Surgindo, assim, a necessidade de entender a insegurança alimentar e nutricional como um problema público, que precisava de medidas específicas para ser combatido.

IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

O desenvolvimento de uma política pública é complexo, com diversas influências internas e externas, formando um ciclo instável. A montagem da agenda

reconhece o problema, mas não encerra o debate em torno da política, antes mesmo da implementação das medidas delimitadas, será necessário ao gestor público definir seu plano de ação. Na fase de formulação de alternativas o gestor terá a oportunidade de selecionar as medidas que entender mais adequadas para os objetivos propostos, nessa etapa o *policy-maker* deve priorizar pelas condições técnicas para acolher a melhor alternativa.

A fase de formulação divide-se em três etapas: apreciação, diálogo e consenso. A apreciação consiste na subfase onde é identificada um problema e realiza-se um levantamento de dados e evidências, produzindo e recebendo informações a respeito do objeto da política. No diálogo, inicia-se efetivamente a seleção de alternativas, realizando uma comunicação entre os atores internos e externos, podendo recorrer a informações técnicas ou empíricas. Na consolidação será determinado e formalizada a opção recomendada (HOWLETT *et al*, 213, p. 125).

Deve-se destacar que a política pública não é uma construção linear e pacífica, muitas vezes as etapas se confundem, avançando e retrocedendo. Essa organização metodológica proposta pelo ciclo tem a principal função de organizar as ideias dentro de um ciclo sistematizado, sem o objetivo de propor uma matriz unitária, as políticas públicas e as alternativas selecionadas sofrem diversas influências internas e externas, tanto do campo político, quanto da esfera social e da mídia.

Entre 2004 e 2010 houve uma evolução dos recursos da política, considerando as alocações de aplicação direta ou transferência, somando, no ano de 2010, uma alocação de aproximadamente somaram aproximadamente US\$ 15 bilhões (CUSTÓDIO, YUBA e CYRILLO, 2013, p. 146). Conforme dados da Secretaria Responsável pela Articulação Interministerial – SESAN, os relatórios da dotação orçamentária inicial para a referida secretaria indicam redução de R\$ 2.518.170.390,00 em 2014, para R\$ 491.997.006,00 em 2018. Havendo, assim, grande relevância orçamentária e social decorrentes das políticas públicas adotadas no âmbito da SAN.

Para executar PNSAN os estados e municípios, conforme o art. 11 do Decreto nº 7.272/2010, devem aderir ao SISAN, instituído pela Lei nº 11.346/2006. Segundo Custódio, Yuba e Cyrillo (2013, p. 145) entre 2004 e 2010, a União investiu recursos em 814 ações que foram executadas por 22 Ministérios Federais. No que versa a formação do orçamento, por força do art. 14 e s.s. do Decreto nº 7272/2010, o financiamento do PNSAN é de responsabilidade do Poder Executivo Federal, assim como dos demais entes que aderirem ao SISAN, devendo ocorrer uma divisão entre: dotações orçamentárias de cada ente federado aos diversos setores e políticas relacionadas à segurança alimentar e recursos específicos para a manutenção do SISAN, previstos na respectiva lei orçamentária anual – LOA.

De igual forma, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) poderia propor ao Poder Executivo Federal as diretrizes e prioridades da PNSAN e PLANSAN, traçando a demanda orçamentária necessária para desempenhar seus objetivos. A partir dessas diretrizes traçadas pelo Consea, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional indica diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos para acompanhamento da implementação orçamentária.

Nos dados da execução de orçamento no período de 2012 a 2018 do II PLANSAN, notou-se pela evolução orçamentária a inclusão de ações intersetoriais de SAN no decorrer da construção da PNSAN. O Plano Plurianual vigente para 2016-2019, elaborado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão conteve previsibilidade de recursos a serem disponibilizados para as ações da SESAN. Ocasão em que delimitou quais grupos sociais em situação de vulnerabilidade serão assistidos pelo orçamento federal. É possível notar, desde logo, que, em que pese os povos e comunidades tradicionais tenham sido mencionados, não há destinação orçamentária para custear as políticas de segurança alimentar e nutricional para eles. Assim, faz-se necessário entender o que a Política Pública está entendendo como grupos que se encontram em contexto de insegurança alimentar e como o poder público federal tem feito a sua escolha de orçamento, o que se pretende fazer a seguir.

AS DIMENSÕES DA POLÍTICA E SEUS REFLEXOS NOS GRUPOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

O balanço orçamentário para a Segurança Alimentar e Nutricional de 2004 a 2013 apresenta-se em dimensões do Plano Nacional de Segurança Alimentar. A presente pesquisa não se propõe a esgotar todos os grupos e todas as políticas derivadas da de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao revés, a intenção é exemplificar alguns casos, de forma a abrir o debate acerca da importância dessas políticas para alguns segmentos populacionais.

Antes, no entanto, devemos entender o que a Lei está entendendo como grupo de vulneráveis. O art. 3 do Decreto n. 7272 de 2010, no seu inciso I que uma das diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional fala em famílias e pessoas em situação de insegurança, porém, não apresenta uma definição de quais pessoas e família seriam. A única previsão expressa de proteção a um grupo específico é aquela prevista no inciso IV do art. 3, do mesmo diploma, que inclui os quilombolas e “demais povos e comunidades tradicionais”, indígenas e de assentamento de reforma agrária como povos que deverão ter a segurança

alimentar e nutricional garantidas pelo poder público.

No que versa a Política, ela dimensões. As dimensões 1 e 2 dizem respeito à produção e disponibilidade de alimentos: Compreende as medidas desde financiamento, proteção e redistribuição de terras até articulação de resgate, conservação, produção e comercialização. Como política implementada a partir disso, tem-se o fomento pelo poder público ao consumo de alimentos advindos da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais, mais precisamente, aqueles que se amoldam nas disposições da Lei nº. 11.326/2006, medida está estimulada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Tal medida coaduna com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), previsto no artigo 19 da Lei nº. 10.696/2003, cujo objetivo, dentre outros, é incentivar a obtenção de alimentos advindos da agricultura familiar em benefício de pessoas em situação de insegurança alimentar, garantindo a Promoção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2017, p. 17).

O ponto fundamental do PAA foi a desburocratização do processo de compra de produtos da agricultura familiar para atender programas público. De tal modo que dispensou, nesta particularidade, as regras de licitação estabelecidas na Lei 8666/93. Compreende-se que o PAA visa o fomento da produção de famílias em assentamentos e comunidades tradicionais, como incentivo à produção e desenvolvimento local. Por esta medida garante que os costumes locais e tradicionais de alimentação sejam preservados.

Assim, o processo de consolidação do SISAN, envolve medidas que atentam a diversidade territorial brasileira, e o reconhecimento da articulação com a população local na construção de metas estratégicas. Válido salientar que o “Documento de Referência” da III CNSAN, reconhece que a criação do SISAN ocorreu pela mobilização popular junto aos espaços de participação social (CONSEA, 2007). A institucionalização do direito à segurança alimentar e nutricional em modelo de sistema disponibilizou espaço amplo para participação civil no processo de construção das estratégias a serem implementadas pela administração pública.

A dimensão 3 tangencia aspectos de renda/acesso e gasto com alimentos: As medidas previstas são para garantir a renda para manutenção pessoal com programas de transferência de renda, que vai desde programas como Bolsa Família (PBF) até medidas de articulação econômica para o estabelecimento de piso salarial adequado as necessidades.

A dimensão 4 se refere ao acesso a alimentação adequada, através de medidas que assegurem a distribuição de alimentos *in natura* e processados em refeições. A dimensão 5 é sobre saúde e acesso: prevê medidas de promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças e saneamento básico. A 6, por sua vez, é sobre educação, objetivando que as medidas devam garantir a alfabetização de jovens e

adultos como acesso ao direito a educação e cidadania. Tende-se que tal dimensão possui profunda conexão com os dados já apresentados sobre o Programa Bolsa Família.

Já a última dimensão, que é de número 7, coloca em pauta a temática das populações tradicionais. Em que pese o inciso V, do art. 3º da PNSAN coloque a população quilombola explicitamente como grupo social em situação de vulnerabilidade, Rocha, Burlandy e Magalhães (2013, p. 218) destaca que “poucos estudos se voltaram até o momento para esse elemento [SAN] no âmbito das comunidades quilombolas.”. Os autores indicam, ainda, que o principal acesso dessas comunidades aos programas sociais federais se realiza através do Programa Bolsa Família, que não é uma política específica e que objetiva garantir a segurança alimentar e nutricional.

A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE FISCAL E REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

A “Carta Política” elaborada pelos participantes da V CNSAN, realizada em 2015, comemora a saída do Brasil do relatório denominado “Mapa Mundial da Fome”. Contudo, ressalta as alterações no cenário econômico que tende a tingir diretamente as políticas públicas, assim manifestam: “Saímos da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ainda mais engajados na luta pela manutenção das conquistas já obtidas, para evitar retrocessos e ameaças à democracia” (CONSEA, 2015). Uma das preocupações apontadas se refere a redução de recursos orçamentários, além, da expansão do agronegócio como dificultador da consolidação de Programas de Agricultura Familiar.

Após o pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, Michel Temer aprovou a Emenda Constitucional n. 95/2016, conhecida como “teto dos gastos”, uma vez que limita os gastos públicos por 20 anos. Tal restrição, não salvaguarda os direitos sociais, de modo a também comprometer as políticas públicas voltadas para a garantia da segurança alimentar e nutricional. Dweck, Oliveira e Rossi (2018, p. 11) apontam que um primeiro desdobramento da política de austeridade prejudicaria o grupo social responsável pela agricultura familiar, assinalado na presente pesquisa como um dos grupos em situação de vulnerabilidade alcançado pela primeira e segunda dimensão do Plano Nacional de Segurança Alimentar.

No campo orçamentário da segurança alimentar, entre o orçamento aprovado para 2014 e o de 2018 houve uma redução de 97,7%. Isto porque, para 2014 foi aprovado R\$ 5.247.809.745 e, para 2018, R\$ 119.431.326 (DWECK, OLIVEIRA e ROSSI, 2018, p. 52).

Quanto à participação popular, as Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais vinculam o estabelecimento de deliberações para a implementação do SISAN em sua totalidade. Assim, passam a ser avaliados e monitorados pela participação civil, desde os Planos de Segurança Alimentar até a operacionalização final dos serviços e benefícios prestados. Ou seja, toda a Política de Segurança Alimentar é alocada para espaço de acompanhamento e monitoramento pelas instâncias do controle social, além de serem criadas instâncias de pactuação entre as esferas municipal, estadual e nacional.

Durante a realização da IV CNSAN, realizada em 2011, os participantes elaboraram a “Carta Política da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na qual enfatizam os avanços observados prioritariamente na estruturação da Política Pública de SAN. Celebram a consolidação do SISAN e dos espaços de pactuação de recursos e de participação social, no monitoramento e acompanhamento contínuo da população, desde a formação de agenda até implantação de medidas adotadas em relação a SAN (CONSEA, 2011). Contudo, o Consea não foi incluído na estrutura ministerial apresentado pelo governo federal. Isto porque, a Medida Provisória 870, assinada em 1 de janeiro de 2019, a competência do Ministério da Cidadania passaria a englobar o plano de segurança alimentar (art. 23, II).

Formalmente, a Medida Provisória não extingue o Consea, uma vez que ainda vigora a Lei do Sisan e o Decreto n. 6.272/07. Porém, ela retira do Consea a autonomia de “convocar conferências nacionais com foco na segurança alimentar e nutricional (SAN). Alterou também a composição do Consea e revogou a atribuição do conselho de acompanhar, articular e monitorar a Política e o Plano Nacional” (IPEA, 2019).

Até o momento de elaboração deste artigo não foi possível mensurar os impactos de tal mudança na competência do conselho dentro da temática de segurança alimentar e nutricional. Porém, analisando esse dado em conjunto com a flagrante diminuição do recurso público que vinha sendo destinada para essa agenda, há de se monitorar com cautela os desdobramentos desse posicionamento do poder público para com os grupos que se encontram em situação de insegurança alimentar.

CONCLUSÃO

Esse artigo apresentou a Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional dentro da lógica do ciclo das políticas públicas. No que se refere a formação da agenda, a colocação da temática em pauta possuiu relação com o contexto de

pobreza que o Brasil se encontrava, o que colocava grande parcela da população em insegurança alimentícia. Criando, dessa forma, a necessidade de entender a insegurança alimentar e nutricional como um problema público, que precisava de medidas específicas para ser combatido.

Quanto ao orçamento destinado à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e considerando a sua intersectorialidade, cabe sintetizar que os repasses financeiros ocorrem fundo a fundo, quando alocados em fundos das respectivas das políticas componentes do SISAN. Para adesão ao SISAN não se exige criação de fundo específico de SA. Ocorre, ainda, celebração de convênios entre os governos para repasse de recursos através de edital de convocação para cadastro e participação.

Válido ressaltar que a execução de orçamento apontada para 2018 é de 99,62 bilhões de reais. Já o Plano Plurianual do Governo Federal para 2016 – 2019 apresenta totalidade de investimentos Federais previstos para SAN em R\$ 4.739.421.000, 00. Pensar o orçamento é crucial no estudo da política pública uma vez que ele impacta diretamente na implementação da política. A exemplo disso, este trabalho demonstrou que alguns programas, como o Bolsa Família, estão sendo utilizados para garantir a segurança alimentar de alguns grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade, tais quais pessoas de baixa renda e de comunidades tradicionais.

Contudo, ao se utilizar de um programa não específico para questões alimentares, dificulta o acompanhamento e avaliação da política pública. Ter programas paralelos influenciando na garantia da segurança alimentar é vantajoso para o grupo de vulnerável, mas facilita para que o poder público invista menos na pauta. Se alimentar com qualidade é um direito fundamental e uma necessidade humana, assim, ao se beneficiar de um programa social, é natural que o beneficiário primeira garanta a sua subsistência. Contudo, a longo prazo essa destinação desvirtua a função original do programa.

Em que pese o presente estudo não consiga se aprofundar em todos os desdobramentos da PNSAN, ficou verificada a importância da temática da Segurança Alimentar e Nutricional, em razão de ser uma política pública intersectorial que transpassa diversos grupos em situação de vulnerabilidade social. Esta pesquisa contempla levantamento inicial de coleta de dados que serão aprofundados em futuras análises pelo NEPP. Contudo, a SAN se relaciona com a realidade social e pode modificar-se continuamente, portanto, tema aberto a demais pesquisadores pela característica intersectorial.

Por fim, sugere-se que outras pesquisas sejam desenvolvidas de forma a aprofundar o mapeamento dos grupos de vulneráveis tutelados pela Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e que possam nortear o poder público na

escolha de quais grupos estão em situação mais emergencial, dentre os que são entendidos como vulneráveis. Recomenda-se, igualmente, o acompanhamento dos desdobramentos da redução da competência do CONSEA, tendo em vista que, por se tratar de órgão consultivo de participação civil, eis que importante para a participação popular.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Carta de Olinda*. 2004. Disponível em < http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/2a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/carta_olinda>. Acesso em 27 abr. 2019.

_____. *Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003*. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

_____. *Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

_____. *Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

_____. *Medida Provisória nº. 870 de 1 de janeiro de 2019*. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Balanco das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANASAN 2012/2015*. 2015. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/balanco_caisan_2012_2015.pdf >. Acesso em 11/09/2018.

CONSEA. *Relatório Final da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (ICNAS)*. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/conferencias-3/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em 27 abr. 2019.

_____. *Documento Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. 2004. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/2a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final.pdf> >. Acesso em 27 abr. 2019.

_____. *Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. 2007. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final-iii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>> . Acesso em 28 abr. 2019.

_____. *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. 2011. Disponível em: < <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/carta-politica-da-4a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional> > . Acesso em 28 abr. 2019.

_____. *Relatório Final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Disponível em: < http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio_2015_consea_web-final.pdf >. Acesso em 28 abr. 2019.

CUSTÓDIO M.B., YUBA T.Y., CYRILLO D.C. *Política de segurança alimentar e nutricional no Brasil:*

uma análise da alocação de recursos. Rev Panam Salud Publica. 2013;33(2):144–50.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; Rossi, Pedro. *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert, 1º edição volume 1, agosto de 2018.

IPEA. *Extinção do CONSEA*. 2019. Disponível em: < <http://ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/conselhos/1796-extincao-do-consea> >. Acesso em 02/05/2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. *Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KINGDON, John W. (1995). *Agendas, Alternatives and Public Policies*. 2ª ed. Harper Collins College Publishers in SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (2007). *Políticas Públicas - Coletânea*. Volume 1. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224).

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO E MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Programa de aquisição de alimentos – Modalidade compra institucional*. Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Compra_Institucional_PAA_3.pdf >. Acesso em 04/08/2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. *Plano Plurianual 2016-2019*. Brasília, DF: MPDG, 2016.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ROCHA C; BURLANDY L; MAGALHÃES R. *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Administração 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 27, 29, 37, 38, 41, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 113, 117, 122, 134, 143, 145, 154, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204, 209, 210, 212, 227, 265, 307, 318, 322, 328, 329, 330, 331, 342, 363

Amizade íntima 294, 298, 299, 300

Áreas marinhas protegidas 346, 347, 350, 355

Argumentação 140, 194, 195, 208, 209, 308

Arranjos institucionais 26, 28, 29, 30, 37, 124, 133, 136, 344

Artesanato 322, 323, 324, 326, 327

Assentamento Osvaldo de Oliveira 302, 309

Austeridade fiscal 147, 148, 155

B

Bibliometria 48

Burocracia 1, 2, 3, 8, 10, 13, 14, 18, 21, 22, 24, 25, 70, 131, 265

Burocratas 1, 3, 9, 10, 11, 21, 22

C

Carga tributária 113, 239, 240, 242, 243, 244, 246, 249, 250, 257, 258, 259

Comunicação 28, 32, 33, 36, 39, 44, 59, 60, 62, 65, 108, 112, 123, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 217, 241, 264, 295, 296, 314, 336, 337, 338, 343, 362, 363, 364

Conflitos socioambientais rurais 302, 303

Conservação ambiental 172

Constituição 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 23, 71, 77, 94, 114, 118, 121, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 165, 166, 170, 174, 180, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 232, 237, 241, 259, 274, 296, 297, 300, 303, 305, 310, 332, 334, 344

Contabilidade Pública 46, 47, 48, 49, 50, 57, 58

Contaminación del aire 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192

Contemporaneidade 97, 98, 359, 360, 367

Controle 10, 20, 23, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 65, 81, 100, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 126, 127, 129, 130, 134, 140, 156, 194, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 213, 225, 264, 279, 280, 281, 282, 286, 291, 309, 327, 337, 345, 347, 363

Cooperativismo 122, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345

Cultura Política 203, 260

Custo no setor público 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56

D

Dano moral 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Degradação 11, 172, 179

Deliberação 124, 151

Derechos colectivos 181, 188

Desafios epistemológicos 346, 350

Desempenho eleitoral 271, 273, 275, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 292

Desenvolvimento Humano 41, 44, 88, 93, 239, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 255, 256, 257, 258, 288, 328, 331, 340

Desenvolvimento Local 154, 322, 323, 326, 327, 335

Documentos 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 105, 121, 122, 127, 131, 147, 158, 178, 225, 296, 303, 332, 353

E

Educação 41, 42, 54, 55, 70, 86, 87, 88, 91, 95, 97, 98, 99, 122, 136, 137, 146, 154, 155, 163, 164, 222, 239, 240, 244, 247, 257, 258, 283, 288, 322, 332, 333, 336, 337, 338, 341, 342, 343, 345, 349, 366

Envelhecimento 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 124, 136, 369

Estabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 31, 115, 195

Estado 2, 3, 7, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 47, 49, 52, 61, 68, 73, 79, 81, 84, 88, 89, 101, 103, 107, 115, 116, 118, 121, 131, 132, 139, 140, 141, 142, 145, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 208, 209, 211, 213, 216, 219, 222, 224, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 242, 246, 250, 252, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 275, 276, 279, 282, 286, 287, 290, 292, 298, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 310, 311, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 324, 325, 327, 359, 363, 365

Estado-consumidor 172, 173, 175, 179

Estado de Cosas Inconstitucional 228, 229, 234, 235, 236

Estados Constitucionales 228, 229, 230, 231, 236

F

Feminicídio 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Financiamento de campanha 271, 273, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 291, 292

Flexibilização 1, 3, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 24

G

Gênero 63, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 80, 82, 83, 151, 265, 280, 282, 286, 287, 292, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 352, 354, 355, 356, 357

Geração de renda 113, 114, 116, 117, 120, 222, 240, 257, 323, 330

Gestão de documentos 26, 28, 35
Gestão pesqueira 346, 349, 350, 358
Gestão Social 123, 124, 125, 127, 128, 133, 136, 137
Gobernanza 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236
Gobierno 228, 231, 233, 235, 236
Governo 1, 3, 5, 8, 9, 11, 12, 32, 33, 39, 40, 65, 115, 116, 117, 121, 133, 134, 139, 140, 147, 151, 156, 157, 173, 175, 179, 180, 198, 199, 225, 231, 242, 243, 244, 247, 248, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 275, 276, 287, 288, 290, 292, 306, 310, 317, 318, 319, 337, 357, 362, 363
Grupos vulneráveis 148, 149, 151
Guerra Fiscal 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122

I

IDH 41, 239, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259
Imigração na União Europeia 100
impacto socioambiental 215, 225
Imparcialidade 210, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300
Incentivos fiscais 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 278
Indenização 15, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169
Iniquidade étnico-racial 63, 64, 70
Interseccionalidade 72, 79, 82

J

Jurisdição 194, 208, 211, 298

L

Legislación 181, 183
Legitimidade 29, 75, 198, 201, 215, 218, 219, 314
Licença Social para Operar 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 227
Licitações públicas sustentáveis 172, 176
Limites 7, 15, 43, 98, 108, 194, 196, 211, 217, 225, 231, 274, 361, 362, 366

M

Magaldi 260, 265, 267, 268, 269, 270
Masculinidade 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85
Medio ambiente 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 233
Minas Gerais 1, 26, 27, 30, 32, 33, 37, 38, 167, 170, 219, 220, 251, 256, 322, 323, 324, 325, 327
Mobilidade transnacional 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110
Moçambique 359, 360, 361, 362, 363, 368

N

Nutrição 147, 148, 347

P

Políticas Públicas 10, 11, 21, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 60, 62, 63, 65, 68, 70, 80, 86, 98, 99, 121, 122, 123, 124, 126, 136, 137, 139, 140, 145, 147, 148, 149, 152, 155, 156, 159, 175, 191, 235, 236, 241, 246, 247, 248, 249, 251, 256, 257, 258, 259, 277, 303, 304, 317, 318, 320, 323, 330, 334, 337, 338, 341, 348, 355, 369

Políticas Sociais Efetivas 239

Princípio de prevenção 181, 182, 183, 188, 189

Processos de Participação 124

Projeto de Desenvolvimento Sustentável 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 312

R

Racismo 68, 72, 73, 77, 79, 80, 81, 82, 83

Rede de atendimento 39, 40, 41, 42, 44

Redes Sociais 129, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300

Reforma agrária 150, 153, 302, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 317

Representação 74, 75, 76, 77, 82, 198, 260, 261, 262, 267, 269, 292, 313, 328, 331, 333, 334, 335, 337, 340, 341, 349, 362, 363

Resíduos sólidos 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 178

Risco 26, 28, 39, 44, 78, 82, 116, 210, 215, 219, 223, 224, 226, 298

S

Securitização da imigração 100, 111

SEI-MG 26, 27

Sistemas de Gestão Eletrônica 26

Software 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38

Suspeição do Juiz 294, 298

Sustentabilidade 138, 146, 148, 175, 176, 178, 179, 191, 193, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 225, 226, 231, 237, 305, 306, 320, 328, 329, 330, 331, 335, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 347

T

Teatro africano 359, 368

Teatro moçambicano 359, 361, 364, 365, 366

Teoria da Escolha Pública 271, 273, 275, 282, 289, 290, 291, 292

Tradição 195, 202, 210, 269, 326, 327, 359, 360, 361, 366, 367

Tribunal Constitucional 228, 229, 230, 232, 233, 234, 237

V

Velhice 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Violência 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 109, 224, 256, 257, 265, 312, 369

Violência contra a mulher 63, 64, 65, 68, 70, 80, 84

Vulnerabilidade 68, 78, 81, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 215, 219, 225, 353

 **Atena**
Editora

2 0 2 0